

	2019	2018
<b>10. Fornecedores</b>		
Fornecedores:		
Fornecedores no País	704	1.130
Fornecedores no Exterior	1	6
	<u>705</u>	<u>1.136</u>

**11. Outros:** Em 31 de dezembro de 2019 foi registrado um montante de R\$3.030 (R\$0 em 2018) relativos a valores de compensação ambiental a pagar para a Secretariade Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). Este montante foi registrado com base nos investimentos realizados pela Companhia para fins de mitigação de impactos ambientais causados pelo mesmo.

**12. Provisões, contingências e depósitos judiciais: a. Depósitos judiciais e provisões:** Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2019	2018	2019	2018
Trabalhistas	16	16	1.038	919
	16	16	1.038	919
Não circulante	16	16	1.038	919

A movimentação dos depósitos judiciais e das provisões no exercício de 2019 e 2018 está demonstrada a seguir:

	Depósitos Judiciais	Provisões
Saldo em 31 de dezembro de 2018	16	919
Adições	-	119
Saldo em 31 de dezembro de 2019	16	1.038

**b. Natureza das provisões:** A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. A natureza das obrigações pode ser resumida como segue: Trabalhistas - refere-se a uma única ação de empregados de empresa contratada, requerendo direitos trabalhistas após sofrer acidente. **c. Contingências possíveis de perda, não provisionadas no balanço:** A Companhia tem ações de natureza tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela administração em conjunto com seus consultores jurídicos externos como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2019	2018
Trabalhista (i)	-	9
Tributária (ii)	8.190	7.821
	<u>8.190</u>	<u>7.830</u>

(i) A CAP está citada como litisconsorte do processo de ex-empregado de empresa contratada. (ii) A contingência tributária ainda está em fase administrativa e se refere a um auto de infração lavrado em virtude de suposta omissão de receitas financeiras auferidas em investimentos em renda fixa e de dedução de despesa com pagamento de multa contratual, na apuração do IRPJ e da CSLL referentes ao ano-calendário de 2012. Como a adição de receitas e a glosa de despesa realizadas pela fiscalização não representaram acréscimo superior ao prejuízo fiscal e à base negativa daquele ano, o auto foi lavrado apenas para determinar que a CAP realizasse ajustes contábeis/fiscais e não para lhe cobrar valores.

**13. Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social subscrito é composto por 2.143.204.237 ações ordinárias, sem valor nominal. Desse montante já foram integralizados 324.619.176, faltando ainda

integralizar 1.818.585.061. Todo o capital estrangeiro da Companhia está devidamente registrado junto ao Banco Central do Brasil. Após a integralização de 4.054.319 ações ocorrida em 2019 (conforme apresentado nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido), a composição acionária passou a ser como segue:

	Nº ações	
Posição acionária em 31 de dezembro de 2018	320.564.857	
AGE de aporte de capital de 13 de junho de 2019		
Calypso Alumina S.A.	2.476.124	
Hydro Aluminium Pará BV	809.331	
Dubal Holding LLC	768.864	
Posição acionária em 31 de dezembro de 2019	<u>324.619.176</u>	

Apesar da integralização de capital ocorrida em 2019, não houve alteração na participação acionária. Veja abaixo a composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Acionistas	2019 Nº ações	2018 Nº ações	%
Calypso Alumina S.A.	198.020.687	195.544.563	61%
Hydro Aluminium Pará BV	64.922.302	64.112.971	20%
Dubal Holding LLC	61.676.187	60.907.323	19%
	<u>324.619.176</u>	<u>320.564.857</u>	<u>100%</u>

**b. Reservas de capital:** A reserva de capital é constituída pelo ágio na emissão de ações, ocasionada pelos aportes de capital ocorridos, superiores ao valor nominal de subscrição. O montante total reconhecido em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$25.429.

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2018
Utilidades e outros serviços contratados(a)	(4.665)	(4.669)
Manutenção	(112)	(96)
Impostos e taxas (b)	(5.921)	(1.025)
Depreciação e amortização	(134)	(22)
Contingências	(119)	(267)
Outros	(39)	(17)
	<u>(10.990)</u>	<u>(6.096)</u>

(a) Contratação de serviços diversos, *cost sharing*, manutenções, serviços de auditoria, entre outros. (b) Impostos s/ vendas de sucatas, IPTU, outros impostos federais e municipais.

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<b>15. Resultado financeiro</b>		
<b>Receitas financeiras</b>		
Variação cambial ativa	2	43
Aplicações Financeiras	256	204
	<u>258</u>	<u>247</u>

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<b>Despesas financeiras</b>		
IOF	(7)	(10)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(29)	(11)
Variação monetária passiva	(175)	-
Outras	(1.108)	(7)
	<u>(1.319)</u>	<u>(28)</u>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<u>(1.061)</u>	<u>219</u>

**Olivier André Girardot**  
Presidente

**Rodrigo Magalhães**  
Diretor

**Carlos Antonio Vionet Correia Junior**  
Contador - CRC: RJ-117057/O-3

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **Companhia de Alumina do Pará S.A.** - Barcarena - Pará. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Alumina do Pará S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Alumina do Pará S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **ênfase:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia está em fase pré-operacional e, consequentemente não tem gerado fluxo de caixa para suas atividades, portanto, os investimentos e os gastos incorridos pela Companhia estão sendo honrados por meio de suporte financeiro dos seus acionistas. As demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo

nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante - resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2020

**KPMG** KPMG Auditores Independentes Thiago Ferreira Nunes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ Contador CRC RJ-112066/O-0